

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 22 de março, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda visitou a costa do concelho de Ovar para verificar os efeitos que se tem vindo a sentir de erosão costeira e verificar os potenciais efeitos da subida do nível médio das águas do mar.

A erosão costeira é, em grande medida, provocada por uma menor quantidade de sedimentos que chega à costa. Esta realidade deve-se a um modelo de desenvolvimento centrado em barragens que ocupam todos os rios, na extração de sedimentos que foi demasiado permissiva e ainda numa ocupação imobiliária da costa que foi ditada pela especulação. É evidente que este modelo falhou às populações que agora são confrontadas com enormes riscos e enormes custos sociais e económicos. Também as estruturas de engenharia pesada, como os esporões, agravam os problemas de erosão costeira a sul da sua posição. As alterações climáticas e a subida do nível médio das águas do mar alargam o conjunto de impactos e agravam o fenómeno de erosão costeira.

O concelho de Ovar regista os piores índices de avanço das águas do mar registados na Europa. No passado, o relatório do estado do ambiente indicava um recuo de nove metros da costa por ano na zona do Furadouro e que nas zonas de Cortegaça e Esmoriz essa perda era de 3,2 metros/ano. Recentemente, em resposta à pergunta 580/XIV/2.^a, o Ministério indicou para o período 1958-2020 um recuo de 3,2 metros/ano na zona entre o esporão da Maceda e do limite norte do Furadouro.

De acordo com a Cartografia de Áreas Inundáveis e de Riscos de Inundações, a Região de Aveiro daqui a 20 anos terá 7.041 pessoas a residir e em área de risco potencial significativo de inundações (ARPSI).

Na supracitada resposta à pergunta 580/XIV/2.^a, o Ministério informa que está prevista a “construção em áreas piloto de obras de defesa submersas”. Também o Presidente da Câmara Municipal de Ovar e o Presidente do PSD defenderam obras de engenharia pesada, nomeadamente pontões deslocados na área do Furadouro.

A incapacidade do Governo, do Presidente da Câmara Municipal e do líder do PSD em conceberem um modelo de desenvolvimento diferente que anule as causas da erosão costeira e, de forma mais ampla, das alterações climáticas mostra como não estão preparados para a resolução de um problema tão complexo. De registar ainda que, perante a necessidade de um enorme investimento público para lidar com este problema, ilibam de qualquer responsabilidade os agentes económicos que exploraram e exploram os recursos naturais de tal forma que provocaram este problema, desde logo as barragens.

Para o GP do Bloco de Esquerda, não basta garantir que a engenharia vá - com grandes custos sociais e económicos - resolvendo pontualmente os enormes problemas que a população costeira de Ovar está a enfrentar. É de facto necessário agir urgentemente no momento, mas também é necessária uma abordagem sistémica ao modelo de economia que permita anular as causas do problema no futuro.

Assim, o GP do Bloco de Esquerda está naturalmente preocupado com os impactos da erosão costeira nas populações costeiras, nomeadamente no concelho de Ovar onde o seu efeito tem sido extremo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Nos últimos 20 anos, qual foi o avanço do mar por ano no Furadouro, em Cortegaça, em Esmoriz e em Maceda?
2. Que medidas de “construção em áreas piloto de obras de defesa submersas” estão previstas para o concelho de Ovar? Em que localização? Qual o investimento total da obra? De onde provém o financiamento para a obra? Que estudos justificam a construção dessas obras e quais os seus efeitos e impactos previstos?
3. O Ministério considera que o modelo de desenvolvimento que acarretou os atuais problemas de erosão costeira pode continuar? O Ministério considera que é necessário responsabilizar as entidades gestoras das barragens e implementar novas políticas para garantir um maior afluxo de sedimentos dos rios à costa?
4. O Ministério considera que o Plano de Recuperação e Resiliência deve conter investimentos necessários à defesa das populações costeiras de Ovar? Que medidas considera que devem estar inscritas nesse âmbito?
5. Já ocorreu a deslocalização de pessoas no concelho de Ovar? Residiam em área de risco potencial significativo de inundações (ARPSI)? Qual o custo da operação?
6. Que medidas vai o Ministério tomar para garantir a proteção das pessoas que vivem em área de risco potencial significativo de inundações no concelho de Ovar?
7. Dado os melhores dados científicos disponíveis ao momento, é previsível a ocorrência de perdas e danos irrecuperáveis no quadro das alterações climáticas e a necessidade de deslocalização de população? Se sim, quantas pessoas e em que década? Caso tal seja necessário, o governo garante mecanismos de participação pública, de manutenção da comunidade e de garantir todos o direito à habitação? No caso de se tratar de comunidade piscatória, o governo garante que a solução a encontrar permita a continuação da sua atividade?

Palácio de São Bento, 24 de março de 2021

Deputado(a)s

NELSON PERALTA(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)